Inserção do deficiente auditivo ou surdo no Ensino Superior da Universidade do Oeste de Santa Catarina - *Campus de São Miguel do Oeste*

Maiara Bruna Machado*

Rafaela Tres**

Lisandra Antunes de Oliveira***

Resumo

Com o objetivo de constatar as dificuldades encontradas pelo deficiente auditivo ou surdo ao inserir-se na universidade, assim como o apoio que a instituição oferece, esse estudo tem o propósito de analisar os aspectos envolvidos na inserção bem como o apoio oferecido. Para tanto foi aplicado questionário para os três acadêmicos deficientes auditivos ou surdos da Universidade do Oeste de Santa Catarina – *Campus São Miguel do Oeste*. É importante ressaltar que a universidade se propõe disponibilizar alguns recursos como o intérprete, mas que para o deficiente auditivo ou surdo não é suficiente para a sua completa inclusão. Conclui-se que a inclusão do deficiente auditivo ou surdo no ensino superior é muito mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos, é necessário que a Universidade e a sociedade sejam inclusivas, que assegurem igualdade de oportunidades e conte com professores capacitados com a educação de todos.

Palavras-chave: Deficiência auditiva. Surdez. Inserção no Ensino Superior. Universidade do Oeste de Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa que está sendo apresentado tem como temática “A inserção do deficiente auditivo ou surdo no ensino superior da Universidade do Oeste de Santa Catarina – *Campus de São Miguel do Oeste*” Os termos Deficiente auditivo ou surdo estão colocados desta forma a pedido dos próprios alunos que preferem ser chamados assim.

O procedimento de coleta de dados ocorreu a partir da análise documental e entrevista escrita com os acadêmicos surdos que atualmente frequentam a Universidade referida.

O projeto tem como objetivo constatar como a instituição se mobiliza no apoio ao deficiente auditivo ou surdo em sua inserção no ensino superior, e quais as maiores dificuldades que o mesmo enfrenta neste processo. Procuramos verificar como a instituição de ensino superior está inserindo estes estudantes, bem como constatar as dificuldades enfrentadas pelo mesmo em sua inserção no ensino superior.

* maiarabrunamachado@hotmail.com;

** rafaelatres_89@hotmail.com;

*** lisandra@unoescsmo.edu.br

2 SURDEZ

A deficiência auditiva ou surdez é uma das principais deficiências físicas que acomete o indivíduo em qualquer fase da vida, implicando a quem a adquire limitações no desempenho de atividades sociais. Ela é classificada quanto à sua forma de manifestação, origem e gravidade, de acordo com os seguintes graus: leve, moderado, severo e profundo. (RUSSO; ALMEIDA, 1995).

As alterações da audição que ocorrem após o nascimento são ocasionadas por fatores genéticos, ou não, podendo manifestar-se isoladamente ou associada a outras anormalidades. Entre as principais etiologias relacionadas à perda brusca de audição estão as de origem inflamatória (virais, bacterianas, autoimunes e alérgicas), fatores vasculares, afecções neurológicas degenerativas, ototoxicidade, tumores e traumas (RUSSO, SANTOS, 1993; GALINDO, 2007).

Indivíduos acometidos desse problema sempre foram discriminados e considerados dignos de pena e vítimas da incompreensão de toda a sociedade e até mesmo da própria família (SAKCS, 1998).

Lezzoni LI, O'Day BL, Killeen M, Harker H, (2004) afirmam que a relação dos profissionais de saúde com pacientes que têm audição em níveis normais é estabelecida pelo código verbal, mecanismo normalmente não utilizado pelos pacientes surdos, que recorrem à linguagem de sinais para se comunicar. Essa linguagem é de modalidade espaço-visual, pois os signos compartilhados são recebidos pelos olhos e sua produção realizada pelas mãos no espaço. São reconhecidas como línguas pela linguística, que lhes atribui o conceito de língua natural e não as considera como problema do surdo ou como patologia da linguagem (SACKS, 1998).

3 PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO?

O preconceito com as pessoas surdas ou deficientes auditivas é um juízo pré-concebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém, ao que lhe é diferente. Hoje entendemos que a tão almejada, a tão defendida prática da integração social ocorreria e ainda ocorre de três formas:

- a) pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, etc.;
- b) pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não deficientes;
- c) pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum, etc.

Essa forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa. (SASSAKI, 2003) Sabe-se que discriminar significa "fazer uma distinção". O significado mais comum, tem a ver com a discriminação sociológica: a discriminação social, racial, religiosa, sexual, por idade ou nacionalidade, que podem levar à exclusão social, caso comum a muitas pessoas surdas, que são discriminadas ou pré-julgadas por portarem esta deficiência.

4 LIBRAS

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) é a língua de sinais (ou gestual) usada pela maioria dos surdos brasileiros e reconhecida pela Lei. As Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas. Ao contrário do que muitos imaginam, não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias. O que as diferencia das demais línguas é a sua modalidade visual-espacial. Sendo assim, para se comunicar em LIBRAS não basta apenas conhecer os sinais; é preciso conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação.

Os sinais surgem da combinação de configurações de mãos, movimentos e de pontos de articulação locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos.

Como qualquer língua, também existem diferenças regionais. Portanto, deve-se ter atenção às variações praticadas em cada unidade da Federação. A Libras, como as outras línguas de sinais, não têm um sistema de escrita largamente adotado, embora existam algumas propostas, como a SignWriting, que estão sendo usadas em algumas escolas e publicações. Na falta de uma escrita própria, a libras tem sido transcrita usando palavras em português que correspondam ao significado dos sinais. (BRASIL, 2002).

5 EDUCAÇÃO

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de n. 9. 394, de 20 de dezembro de 1996, trata especificamente no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

De fato, Sanchez (2005) discutiu que a educação inclusiva é uma questão de direitos humanos, mas não é algo simples - requer mudanças no processo de gestão, formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

De acordo com a Lei n. 9. 394/96 (BRASIL, 1997) a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Especificamente no Art. 208, inciso III desta lei, consta que as crianças e jovens com deficiências deverão, preferencialmente, cursar a rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente atesta, ainda, a igualdade de oportunidades que as crianças e os adolescentes com deficiência deverão possuir em termos de educação, sendo o Estado e toda sociedade responsáveis pelo seu zelo (BRASIL, 1990). Entretanto, para o deficiente auditivo isso parece estar ocorrendo parcialmente, já que poucos chegam a cursar o nível superior de ensino, estando, portanto, comprometidas suas chances de integração social e conquista de realização pessoal. A legislação

pretende garantir os direitos das pessoas com deficiência: a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; o Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001, garante a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e, a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação de pessoas surdas e/ou mudas (BRASIL, 2005), entre outras providências.

6 INSERÇÃO

A inclusão social trata-se, segundo Sasaki (2000), de um processo que exige que a sociedade inteira se torne acessível a todas as pessoas, principalmente a quem possui deficiência. Esse conceito surgiu para mostrar que, se a sociedade não mudar, as pessoas vão continuar excluídas, exatamente porque a sociedade é cheia de empecilhos. Com a equiparação de oportunidades, há igualdade de condições, uma vez que as barreiras que bloqueiam o caminho da inclusão são eliminadas.

A inclusão escolar, independente do nível de escolaridade, visa não só atender ao deficiente, mas a todos os alunos, no sentido de introduzir na escola uma cultura de respeito e de mudança de atitude perante o diferente. Isso seria possível através de um programa de ensino com uma filosofia comum, coordenado por uma equipe constituída por professores, pais, alunos e membros da comunidade, bem como administradores comprometidos com o atendimento à diferença. Como a instituição escolar serve de modelo à sociedade na forma de lidar com a pessoa com deficiência, a inclusão favorecerá numa busca pela justiça social (BUSWELL; SCHAFFNER, 1999). Para que o processo de incluir se efetive é necessário o treinamento dos profissionais, quaisquer que sejam que atuem diretamente com pessoas com deficiência (RYNDAK; SMITH, 1999).

Leite e Oliveira (2000), Stainback e Stainback (1999) e Coll Palácios e Marchesi (1995) ponderam que a inclusão ocorre quando as necessidades educacionais especiais dos alunos são atendidas com o oferecimento dos recursos adequados. Ainda que estejam se referindo à escolaridade inicial, a identificação de quando um aluno apresenta necessidade educacional especial acontece no momento em que mostra não conseguir aprender e render conforme o seu grupo, de acordo com sua idade cronológica e particularidades. As causas podem ser decorrentes da inadequação do espaço local, estrutura curricular ou metodologia inadequada. Já Bueno (1997) afirma que o debate inclusivo tem ocorrido intensamente nos últimos tempos, mas pouco se tem investigado para verificar se a integração vem realmente se efetivando na sociedade. Glat (1997) complementa dizendo que isto somente poderá ser verificado na relação dos deficientes com os não-portadores de deficiência.

As práticas de inclusão só tiveram início nos anos de 1980 e se estabeleceram mais fortemente na década de 1990. Diferente da integração, a inclusão pressupõe mudanças na sociedade, para que esta se torne capaz de receber e acolher adequadamente as pessoas portadoras de necessidades especiais; portanto, baseia-se no modelo social. Segundo este conceito, a escola leva em consideração a necessidade do aluno, ocorrendo adaptação do ambiente físico e dos procedimentos educacionais, sendo que todas as pessoas devem ter a oportunidade de serem incluídas na escola comum (MAZZOTTA, 2005; FERREIRA, 2006)

Leite e Oliveira (2000) pontuaram que a adaptação curricular deverá ocorrer em três níveis: adaptações curriculares da escola; adaptações curriculares durante a aula e adaptações curriculares

individuais. Ainda que as pesquisas das autoras sejam realizadas com professores do ensino fundamental, as adaptações poderiam existir em qualquer dos níveis de escolaridade.

7 UNIVERSIDADE

A Unoesc *Campus* de São Miguel do Oeste possui 30 cursos de graduação, com 4.495 alunos matriculados em Fevereiro 2009 e 4.071 alunos em Agosto 2009. Neste *Campus* encontram-se três alunos portadores de deficiência auditiva, dois estudantes do curso de Educação Física e um do curso de Design. A Unoesc é uma instituição sem fins lucrativos e, portanto, possui relevância social no Oeste de Santa Catarina. É oferecido também um componente curricular complementar para os acadêmicos que queiram cursar Libras.

De acordo com Fonseca (2000), a chegada do deficiente auditivo ao ensino superior pode ser considerada uma vitória. A baixa presença dessas pessoas nessas instituições de ensino revela um despreparo no atendimento das necessidades dos deficientes auditivos, sendo preciso metodologia de ensino e procedimentos de avaliação adequados que considerem o potencial dos alunos. O autor propõe ainda um sistema de transição do ensino secundário ao superior.

A Universidade do Oeste de Santa Catarina – *Campus* de São Miguel do Oeste cumpre a prerrogativa determinada pelo Decreto 5626 de 2005, que regulamentou a chamada Lei de Libras (10.436/2002), a qual reconhece a linguagem de sinais como língua. O acadêmico conta com um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para auxiliá-lo no acompanhamento das aulas.

8 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos na presente pesquisa promoveram o conhecimento sobre a inserção do deficiente auditivo ou surdo.

No intuito de não alterar o relato das entrevistas optou-se por reproduzi-las.

No presente estudo os resultados obtidos com relação à contribuição que a Universidade dá para os acadêmicos auditivos ou surdos foram:

Participante A: "A universidade oferece intérprete. A estrutura física que a Unoesc tem é ótima, bem como biblioteca e laboratórios."

Participante B: "Eu quero aprende mais estudar, que universidade não grátis pagar, eu todos pagar. Universidade acha lutando estudar. Eu tenho vontade estudar."

Participante C: "Poder estudar."

Percebe-se que de acordo com as respostas dos participantes a Universidade do Oeste de Santa Catarina – *Campus* de São Miguel do Oeste oferece intérprete, um ambiente físico de acordo com a necessidade dos acadêmicos.

Autores como Leite e Oliveira (2000), Stainback e Stainback (1999) e Coll e Palácios (1995) "A inclusão ocorre quando as necessidades educacionais especiais dos alunos são atendidas com o oferecimento dos recursos adequados. A inclusão não é efetivada por inadequação do espaço local, estrutura curricular ou metodologia inadequada."

As maiores dificuldades enfrentadas na vida acadêmica, enquanto deficientes auditivos ou surdos foram:

Participante A: "Alguns professores não estão preparados para a nossa inclusão. As aulas são planejadas somente para ouvintes, falam muito rápido às vezes a intérprete tem dificuldade de me explicar porque a fala é muito rápida. Fazem atividades de perguntas e respostas que eu não consigo participar, porque Libras precisa mais tempo do que a fala.

Participante B: "Eu gosto acadêmica, mas pouco difícil, professores fala rápido, que intérprete ouvinte não entende por causa professor fala rápido, que calma fala intérprete todo entende."

Participante C: Não respondeu.

A análise dos relatos dos deficientes auditivos ou surdos evidencia a grande dificuldade em acompanhar a fala dos professores em sala de aula, uma vez que a intérprete acaba tendo dificuldades de repassar o conteúdo.

Dorziat (2004) considera que a inclusão social de pessoas surdas objetivando sua participação social efetiva, depende de uma organização das escolas, considerando três critérios: a interação por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda.

O objetivo do presente estudo foi verificar se as necessidades dos acadêmicos deficientes auditivos são supridas pela universidade, e os resultados foram:

Participante A: "As avaliações são um massacre, não me avaliam na minha língua não usam adaptações nas provas, não me sinto verdadeiramente incluído. E ainda insistem em falar que somos iguais. Não somos, eu sou surdo, e esta é a minha diferença que precisa ser respeitada."

Participante B: "Faculdade tudo certo! Tem intérprete coisa todos certos chamar me explicar, coisa atividade coisa muito legal."

Participante C: "Sim."

De acordo com os relatos pode-se perceber claramente que dois dos acadêmicos acreditam que suas necessidades são supridas pela universidade. Já um deles não se sente incluído, nem respeitado pelo fato de que as pessoas insistem em achar que são iguais aos demais acadêmicos, não atendendo assim suas necessidades de acadêmico deficiente auditivo ou surdo. Nota-se, ao mesmo tempo um sentimento de igualdade e diferença. Ao mesmo tempo em que querem igualdade querem uma diferença.

Para Lacerda (2000), a presença do intérprete em sala de aula e o uso da língua de sinais não garantem que as condições específicas da surdez sejam contempladas e respeitadas nas atividades pedagógicas. Se a escola não voltar sua atenção para a metodologia utilizada e o currículo proposto, as práticas acadêmicas podem ser bastante inacessíveis ao aluno surdo, apesar da presença do intérprete.

Na opinião dos participantes o que a universidade poderia fazer para auxiliá-los a ter um melhor aprendizado com relação a sua deficiência foi:

Participante A: "Em relação a minha diferença, poderiam ser planejadas aulas onde eu pudesse participar mais, oferecer curso de libras aos acadêmicos e aos professores para melhorar a comunicação. As avaliações mais simplificadas, ser mais diretas, sem tantas pegadinhas.

Participante B: "Eu que já aprender melhor, que inclusão acadêmica ajudar relação que melhor.

Participante C: Não respondeu.

Observou-se através dos relatos de um dos acadêmicos, que é possível atuar com mais qualidade, implementando melhorias no planejamento das aulas e na inclusão de Libras para os demais acadêmicos e professores. Para o deficiente auditivo ou surdo o tempo da fala não é o

mesmo da comunicação com libras, sendo assim, faz-se necessário que a Universidade se adapte às necessidades dos mesmos.

Já em outro relato percebe-se que o participante sente-se melhor com a inclusão acadêmica, ajudando assim nas suas relações.

Sanchez (2005) discutiu que a educação inclusiva é uma questão de direitos humanos, mas não é algo simples - requer mudanças no processo de gestão, formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

Com relação ao apoio que o deficiente auditivo recebe de outras instituições ou pessoas os relatos foram:

Participante A: "Minha família e amigos e minha intérprete me apoiam, me incentivam para estudar e continuar, já pensei em parar de estudar muitas vezes."

Participante B: "Tem, APAS (Associação pais os amigos Surdos) Tem eles intérprete ajuda me texto contexto, tipos, que melhor ajudar, acho relação.

Participante C: "APAS" (Associação pais os amigos Surdos)

De acordo com os relatos acima, o apoio da família, dos amigos e da (Associação de Pais e amigos dos Surdos) é muito importante para auxiliá-los em um melhor desenvolvimento de sua vida acadêmica.

Com relação à ajuda da família, estudos como de Gonçalo (2004); Bortoleto, Rodrigues e Palamin (2003), Horta (2000), Dias et al. (1999), Santos (1999), Stelling (1999) e Lima, Maia e Distler (1999) já apontavam o quanto o perfil da família do deficiente auditivo pode ser considerado fator diferencial no desenvolvimento das suas habilidades, potencialidades e sentimentos de autoconfiança. Isso ocorre a partir do envolvimento com a vida escolar do filho, desde os anos escolares iniciais, do aumento nos sentimentos de esperança nas possibilidades inclusivas de seus filhos, do contato com outros pais e do próprio modelo de relação continente entre a família e seu filho deficiente auditivo, determinando formas deste último de lidar com o mundo.

9 CONCLUSÃO

Em nossa sociedade a inclusão é uma questão muito preocupante, tentamos de várias formas conviver com as diferenças e minimizá-las. Várias medidas são tomadas neste intuito, tentando garantir a inclusão das pessoas com deficiência auditiva ou surdas no cotidiano familiar, social e institucional.

A relação instituição de ensino e aluno portador de deficiência auditiva ou surdo, bem como a relação deste com a sociedade precisa ser melhorada, pois para estas pessoas um atendimento digno é aquele que compreende a sua necessidade especial.

O bloqueio que existe na comunicação prejudica o vínculo social e a educação dos portadores desta deficiência. Imagina-se que a presença do intérprete solucionaria todos os problemas de comunicação, entretanto, verifica-se que nem sempre é assim que ocorre. A presença do intérprete melhora, mas não contribui totalmente para a inclusão do surdo.

As dificuldades encontradas pelos deficientes auditivos ou surdos são notáveis, pelo fato de que eles não conseguem acompanhar, na maioria das vezes, o que seus professores falam. Até mesmo o intérprete não consegue repassar o conhecimento para o portador de deficiência auditiva

ou surdo. O auxílio oferecido pela universidade, com a disponibilidade de intérprete é sem dúvida indispensável.

Discute-se sobre a inclusão social, e na maioria das vezes não enxergamos que o deficiente auditivo ou surdo é sim, diferente dos demais acadêmicos ouvintes, e isto precisa ser respeitado.

O deficiente auditivo não necessariamente precisa se adaptar ao convívio social, pois na realidade a sociedade é quem deveria adaptar-se a sua realidade

Podemos perceber que responder às dificuldades dos surdos é dever de todos em colaborar na construção de uma sociedade inclusiva.

Abstract

The objective is to analyze the difficulties verified by the hearing impaired of deaf to be part of the university, as well the support the institution offers, this study offers to examine the issues involved in integration as well the support offered. In order that, three deaf or hearing impaired students from the Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste answered a questionnaire. It's important to emphasize that the university offers some resources, such as the interpreter, but it's not enough to get their full inclusion. We conclude that the inclusion of deaf or hearing impaired in higher education is much more than just create jobs and provide resources, it is necessary that the University and society are inclusive, ensuring equal opportunities and providing qualified teachers for the education of all.

Keywords: Hearing disability. Deafness. Inclusion in Higher Education. Universidade do Oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. 1997.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394/96 de 20/12/1996. Coletânea de textos organizados pela professora Elza Vieira Caputo. Universidade Paulista. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1997.

BRASIL. **Lei Federal Língua Brasileira de Sinais**. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidente da República.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 5 de outubro de 1988. 3. ed. rev. e atual. até Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, Bauru: Edipro, 2005.

BUENO, J. G. S. A integração social das crianças deficientes: a função da educação especial. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

BUSWELL, B. E.; SCHAFFNER, C.B. Dez elementos críticos para criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

COLL, C.; PALACIOS, J; MARCHESI, A. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução Marcos A.G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: DAVID, R. (Org.). **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FONSECA, V. Integração de estudantes portadores de deficiência auditiva no ensino superior: alguns dados de caracterização e de intervenção. **Espaço Informativo técnico-científico do INES**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 38-47.

GLAT, R. Um novo olhar sobre a integração do deficiente. In: MANTOAN, M.T.E. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1997.

GALINDO, C. **A surdez súbita.** Disponível em: <<http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/12670>>. Acesso em: 4 out. 2008.

LEITE, L. P.; OLIVEIRA, A. A. S. Escola inclusiva e as necessidades educacionais especiais. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação Especial:** temas atuais. Marília: UNESP-Marília-Publicações, 2000.

LEITE, L. P.; OLIVEIRA, A. A. S. Escola inclusiva e as necessidades educacionais especiais. In: MANZINI, E.J. (Org.) **Educação Especial:** temas atuais. Marília: UNESP-Marília-Publicações, 2000.

LEZZONI LI, O'DAY BL, KILLEEN M, HARKER H. **Communicating about health care: observations from persons who are deaf or hard of hearing.** Ann Intern Med. 2004.

LIBRAS em CESBA (Centro de surdos da Bahia). Disponível em: <<http://www.cesba.com.br/libras.php>>. Acesso em: 4 out. 2008.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** histórias e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RUSSO, I. C. P., ALMEIDA, K. O processo de reabilitação audiológica do deficiente auditivo idoso. In: MARCHESAN, I. Q. (Org.). **Tópicos em fonoaudiologia.** São Paulo: Lovise, 1995.

RUSSO, I. C. P.; SANTOS, T. M. M. **A prática da audiologia clínica.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

RYANDAK, D. L.; SMITH, M. A. Estratégias básicas para a comunicação entre todos os Alunos. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SACKS O. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão - **Revista da Educação Especial**, Out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

SASSAKI, R. Entrevista. Integração. Brasília, DF: MEC, 1998. _____. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.